



1 **Ata da 14ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Ao dia 22 do mês  
2 de julho de dois mil e quatorze, às dezoito horas, na Sala de Reuniões do Conselho Municipal  
3 de Saúde, situada na rua XV de Novembro, 120 na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a  
4 décima quarta reunião ordinária do CMS de Ponta Grossa. Estavam presentes os conselheiros,  
5 Luiz Antonio Delgobo, Cássia Zweifel Moro Gesuato, Charles Renan Pinto Aurélio, Regina  
6 Bittencourt, Regina Aparecida Rodrigues, Eliane de Freitas, Gerusa Clazer Halila Possagno,  
7 Sergio Ferreira Doszanet, Jiovany do Rocio Kissilevicz, Recson Eder Marques Pelentil, Paulo  
8 Saincler Heusi, José Timoteo Vasconcellos, João Carlos dos Santos Camargo, Sergio Luiz  
9 Ferreira de Andrade, Alexandra Strack Camargo, Irmã Anizia Horodenski, Genecilda Lourenço  
10 Gotardo, Leandro Soares Machado, Juliana de Jesus Maciel deu quórum a reunião, a  
11 Presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz assumiu os trabalhos e procedeu a abertura da reunião  
12 cumprimentando a todos os presentes, conselheiros e participantes. Pauta do dia: **1. Leitura da**  
13 **Ata e Aprovação: 13ª Ata da reunião ordinária. 2. Relato Geral. 2.1. Relato da Comissão de**  
14 **Orçamento Programas e Projetos. 2.2. Informes Gerais. 3. Ordem do dia. 3.1 Apresentação e**  
15 **aprovação de proposta de utilização do espaço do CMEI San Martin para implantação de**  
16 **Unidade de Saúde com Equipes de Saúde da Família. 3.2. Apresentação da Gerencia de**  
17 **Saúde Mental referente a abertura do edital público para a implantação de Unidade de**  
18 **acolhimento Transitório para crianças e adolescentes com necessidades decorrentes do uso de**  
19 **crack, álcool e outras drogas, e de Unidade de acolhimento transitório para adultos/feminino**  
20 **com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. 1. Leitura da Ata e**  
21 **Aprovação: 13ª Ata da reunião ordinária. Ata aprovada sem ressalvas. 2. Relato Geral. 2.1.**  
22 **Relato da Comissão de Orçamento Programas e Projetos.** A presidente Jiovany do Rocio  
23 Kissilevicz fala que precisa indicar dois representantes, sendo um usuário e um gestor, para  
24 participar da Comissão do CONANDA (Comissão Intersectorial para Discussão e Elaboração do  
25 Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes para o Município de Ponta  
26 Grossa, foi indicado o conselheiro Robson Xavier da Silva e Sergio Ferreira Doszanet. O  
27 conselheiro Sergio Ferreira Doszanet fala que na ultima reunião do dia 14/07/2014 aonde veio  
28 para a pauta da comissão referente à nossa conferência de 2015, que acontecerá no  
29 município, e nós tivemos reunidos aqui para ver a montante de verba necessária para  
30 construirmos essa conferência, fala que será realizado 15(quinze) pré conferencias do  
31 segmento usuário, 2(duas) pré conferencias do segmento trabalhador, 1(uma) pré conferencia  
32 do segmento prestador e gestor junto porque o espaço comporta os dois segmentos, e será  
33 realizadas de março a junho de 2015, e a comissão colocou um valor de R\$ 40.000,00  
34 (quarenta mil reais), especificamente para conferência independente do valor que é do  
35 orçamento do Conselho, dividimos em etapas aonde a primeira etapa seria montar uma  
36 comissão para começar a trabalhar e dividir os trabalhos para o inicio do ano que vem, com  
37 todo trabalho preparado antes de janeiro de 2015. A presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz  
38 fala que será tirado os nomes para a comissão da conferência, as duas secretárias executivas  
39 Ivone de Paula Teixeira e Sueli Mensen, os conselheiros, Sergio Ferreira Doszanet, Juliana de  
40 Jesus Maciel, Eliane de Freitas, Genecilda Lourenço Gotardo, Irmã Anizia Horodenski, Regina  
41 Aparecida Rodrigues, Leandro Soares Machado, João Carlos dos Santos Camargo, Recson  
42 Eder Marques Pelentil, Paulo Saincler Heusi, Jiovany do Rocio Kissilevicz e Robson Xavier da  
43 Silva. O conselheiro Sergio Ferreira Doszanet informa que dia 26 /07/2014 terá a plenária  
44 Estadual de Conselhos de Saúde em Curitiba, onde vai representar o CMS, junto com os  
45 conselheiros Paulo Saincler Heusi, Regina Aparecida Rodrigues, Recson Eder Marques  
46 Pelentil. **3. Ordem do dia. 3.1 Apresentação e aprovação de proposta de utilização do**  
47 **espaço do CMEI San Martin para implantação de Unidade de Saúde com Equipes de**  
48 **Saúde da Família.**



49 A senhora Julita, fala que a Unidade vai abranger o Jardim Londres Panamá, e também o novo  
50 loteamento Costa Rica que estão construindo com mais mil casas, e também vai abranger o  
51 Jardim Lagoa Dourada e o San Martim. Essa comunidade do San Martin se mobilizou por que  
52 até agora não tem unidade de referência e todas essas populações desses bairros estão sendo  
53 atendidas no CAS e não é um atendimento referência. Fala que a idéia foi do prefeito e da  
54 Secretaria de Educação que ofereceu esse imóvel desse CEMEI que esta fechado, e a  
55 secretaria de educação doou este imóvel para a prefeitura. E diz que como e uma região  
56 pequena foi argumentado com o prefeito se essa população viria ate a região do CEMEI.  
57 Senhora Julita fala que o prefeito mudou a rota do ônibus que sairia da comunidade e ira ate o  
58 CEMEI para oferecer atendimento a esta população. Diz que foi conversado com o presidente  
59 da associação de moradores do San Martim para mostrar que não seria tão simples abrir a  
60 unidade de Saúde no lugar do CEMEI por tem que ter inspeção da vigilância sanitária e etc. e  
61 levaria um tempo para abrir a unidade no local. Foi conversado com a comunidade para ver se  
62 eles concordam em abrir a unidade de saúde no local do imóvel. Todos concordaram para abrir  
63 a unidade no local, que irá abranger duas equipes de saúde da família que tende a atender  
64 toda a população. E também terá uma equipe de alunos do Cescage, de saúde bucal. A  
65 presidente Jiovany do Rocio Kissilevicz pergunta quanto irá custar à reforma do imóvel. O  
66 Conselheiro Luiz Antonio Delgobo fala que será feitas a reforma com recursos próprios e acha  
67 que não será um custo alto. A reforma será terminada entre trinta e quarenta dias. Presidente  
68 Jiovany pergunta se já há uma equipe de médicos para trabalhar no local. A senhora Julita fala  
69 que já tem dois médicos que estão passando por uma adaptação em outra unidade, a  
70 contratação de técnicos de enfermagem, zeladores, administradores, será através de concurso  
71 publico já saiu a edital agora domingo passado( dia 20 de julho). A presidente Jiovany do Rocio  
72 Kissilevicz coloca o projeto em votação; aprovado por 17 (dezessete) votos a favor e uma  
73 abstenção. O conselheiro Recson Eder Marques Pelentil do Movimento Popular do Estado do  
74 Paraná pediu voto declarado. O conselheiro se absteve na votação.

**3.2. Apresentação da  
75 Gerencia de Saúde Mental referente à abertura do edital público para a implantação de  
76 Unidade de acolhimento Transitório para crianças e adolescentes com necessidades  
77 decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, e de Unidade de acolhimento  
78 transitório para adultos/feminino com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool  
79 e outras drogas.** A senhora Elaine Peclat Bastos esta junto na gerencia de saúde mental junto  
80 com a senhora Ana Paula que não pode estar presente na reunião e pediu a senhora Elaine  
81 tirar algumas duvidas dos conselheiros em relação ao edital de chamamento publico para  
82 organização não governamentais para a implantação de Unidade de acolhimento Transitório  
83 para crianças e adolescentes com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras  
84 drogas, e de Unidade de acolhimento transitório para adultos/feminino com necessidades  
85 decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. A senhora Elaine fala que as unidades de  
86 acolhimento são dispositivas da rede de atenção psico social que estão atreladas aos CAPS. E  
87 fala que a idéia deste chamamento público e para que fique mais transparente este repasse  
88 desta verba, e a unidade de acolhimento tem uma portaria que tem um recurso do governo  
89 federal para implantação. E fala que este edital de chamamento e para contemplar duas  
90 unidades de acolhimento aqui no município de Ponta Grossa. Sendo um adulto e um juvenil.  
91 Fala também que já ha uma unidade de acolhimento adulto masculino aqui no município, a  
92 unidade esta localizada na Associação Ministério Melhor Viver no Jardim Carvalho. Fala que a  
93 unidade de acolhimento infanto juvenil estará atrelada com o CAPS juvenil e todo  
94 acompanhamento Terapêutico e feito pelo CAPS e todo o encaminhamento dos pacientes e  
95 feito pelo CAPS. A unidade de acolhimento e para pacientes que estão em vulnerabilidade  
96 social e familiar para que em um período uma residência temporária e transitória e um período  
97 para que ele possa esta em acompanhamento Terapêutico no CAPS e fazendo uso de uma



## Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

98 casa nesta unidade de acolhimento. As duas unidades teriam 10 (dez) leitos cada. A senhora  
99 Elaine informa também que o período de permanência do paciente é de até 6 (seis) meses no  
100 local segundo a portaria 121 do Ministério da Saúde. E informa que será limitada em quatro  
101 meses a permanência aqui em Ponta Grossa. Existe também a segunda portaria que exige  
102 uma equipe técnica que tenha no mínimo 1 (um) profissional de nível superior da área da  
103 Saúde que esteja presente todos os dias da semana das 7 (sete) da manhã às 7 (sete) da noite.  
104 E presente também 4 (quatro) profissionais de nível médio durante as 24 Horas em três turnos  
105 em uma média de 12 (doze) profissionais de nível médio e na área do infante juvenil a portaria  
106 exige também no mínimo um profissional da área da educação presente no local das 7 (sete)  
107 da manhã às 7 (sete) da noite. A unidade de acolhimento tem que estar em funcionamento 24  
108 horas por dia e funcionando inclusive nos finais de semana porque tem caráter transitório. O  
109 local de acolhimento terá caráter de uma casa com sala cozinha banheiro e quartos, terá  
110 características de um acolhimento familiar. A senhora Elaine Peclat Bastos fala que o jurídico  
111 do Decon pediu um parecer do CMS, então como já estava previsto para a divulgação do edital  
112 a partir do dia 14 de julho até 31 de julho, como foi preciso passar pro CMS, nós vamos alterar  
113 esta data para divulgação do edital, o valor do repasse financeiro do Ministério da Saúde  
114 consta duas etapas, a primeira etapa é uma parcela única de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais)  
115 para cada unidade que seria para incentivo de implantação, e a segunda etapa tem valor global  
116 de R\$ 300.000,00 (trezentos mil) para a unidade de acolhimento feminino/adulto no período de  
117 12 meses que seria o total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por mês, e a unidade de  
118 acolhimento infante/juvenil R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil) que daria o valor mensal  
119 de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com relação ao pagamento nós temos os fiscais de contrato,  
120 que será transformado em um convênio com a secretária de saúde, diz que ela é uma fiscal  
121 (Elaine Peclat Bastos), e os conselheiros José Timoteo Vasconcellos e Sergio Ferreira  
122 Doszanet, ela explica sobre as metas, e o número de vaga que será regulada pelo CAPS  
123 infantil e o CAPS- AD. Fala também que a média de permanência é de até 120 (cento e vinte)  
124 dias a taxa de ocupação de 80% dos dez leitos de cada unidade e a entidade vai ter que  
125 destinar duas vagas por mês para o CAPS por que a entidade tem que trabalhar na lógica da  
126 reabilitação psico social, e dentro desta lógica de reabilitação precisa ter esta rotatividade de  
127 pacientes não da para o paciente do CAPS ficar permanecendo muito tempo por ai não vai  
128 estar sendo trabalhado a reabilitação psico social, o paciente vai acabar se acomodando dentro  
129 da unidade, por que é uma unidade de caráter temporário transitório, existe todo um  
130 planejamento de projeto terapêutico em parceria com o CAPS. E o CAPS será o responsável  
131 pelo acompanhamento terapêutico. A senhora Elaine Peclat informa também que em relação  
132 com as penalidades será aplicado uma importância de 20% no valor do contrato caso não haja  
133 o cumprimento destas metas. A senhora Genecilda Lourenço Gotardo pergunta se terá também  
134 um acompanhamento com a família por que não adianta levar o paciente que tem problemas  
135 com a família e fazer uma reabilitação com o paciente e quando ele sair da unidade ele vai  
136 voltar para a família desestruturada. A senhora Elaine Peclat informa que a pessoa que vai  
137 estar na unidade ela não vai estar na unidade em caráter como se fosse uma comunidade  
138 terapêutica. Ela vai estar em acompanhamento no CAPS e inclusive a família em  
139 acompanhamento no CAPS. Fala também que a unidade de acompanhamento não levará o  
140 paciente para o CAPS e nem vai buscar o paciente, o paciente terá que ir sozinho ou com a  
141 família, o paciente terá essa liberdade de ir e vir. A conselheira Juliana de Jesus Maciel fala  
142 que deve se tomar cuidado por que se vai vir dinheiro federal que seja dotado no orçamento  
143 que seja bem previsto para não acontecer como aconteceu que eu (Juliana de Jesus Maciel)  
144 peguei um projeto que também era de casa de comunidade terapêutica, tinham uma verba  
145 federal vieram e apresentaram para o CMS em 2012 (dois mil e doze) e ai foi aprovado pelo  
146 CMS para eles estruturarem. Como este previsto nas leis complementares. Fala que os



## Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

147 integrantes da CMP como sempre avaliam toda a ordem do dia da Câmara Municipal e vimos  
148 novamente o mesmo projeto tendo que ser mudado uma rubrica por que ele não tinha o  
149 dinheiro para passar que foi prometido para a entidade, e a conselheira Juliana de Jesus  
150 Maciel solicita a mesa executiva que de uma averiguada nas apresentações servos da  
151 Associação Servos da Misericórdia que era o projeto da cozinha e desde aquela época eles  
152 não receberam o dinheiro. E eles só receberam o dinheiro por que pessoa da diretoria tem  
153 comunicação com o pessoal da prefeitura e foi até o prefeito solicitar e quando a reunião e de  
154 caráter de urgência as duas votações tem que ser naquele dia uma na primeira sessão e outra  
155 na segunda sessão para liberação do dinheiro. E foi tirado dinheiro do fundo municipal de  
156 saúde. E fala que a comissão esta atenta e quando vim o dinheiro ver como que vai ser o  
157 trâmite de inserir ela no orçamento pra ver como vai ser o repasse e se vai receber nas datas  
158 corretas. A Conselheira Juliana fala também que tem que ver o saldo do fundo municipal e ver  
159 para onde esta destinada esse dinheiro, e para que eles não transfiram essa rubrica para  
160 outras atividades. A presidente fala que este projeto voltará para a comissão na segunda-feira  
161 para ser marcado outra reunião para a aprovação. A presidente encerra a reunião às  
162 19h37min.